

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **42.622.791/0001-31**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

2. Informamos que as demonstrações contábeis acima mencionadas serão publicadas até o dia 31 de março de 2025 no sítio eletrônico: [Trybe - Demonstrações Financeiras \(trybefintech.com\)](http://trybe-fintech.com)

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

MARCOS PAULO DE MOURA E SILVA
Diretor Administrativo-Financeiro

IGNIS CONTABIL LTDA
MARIO IVAN DOS SANTOS
Contador CRC-1SP 176.011/O-3

Trybe Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253AC-008-PB



Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024	13



TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Relatório da Administração

A Administração da Trybe Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Trybe SCD") apresenta suas Demonstrações Financeiras acompanhadas das notas explicativas e do relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em atendimento à exigência prevista nas normas do Banco Central do Brasil ("BACEN").

A Trybe SCD foi constituída em 2021 e em 25 de maio de 2021 recebeu a autorização do BACEN para atuar como sociedade de crédito direto de acordo com publicação no Diário Oficial da União, iniciando suas operações no ano de 2022. A Trybe SCD tem como público-alvo pessoas que desejam estudar na Trybe Desenvolvimento de Software Ltda. ("Trybe Educação"), para as quais a questão financeira se apresenta como uma barreira de acesso.

Nesse sentido, a Trybe SCD foi responsável pela oferta de 2 (duas) modalidades de financiamento estudantil oferecidas exclusivamente por meio da sua plataforma eletrônica.

(i) Financiamento Estudantil Modelo de Sucesso Compartilhado ("Financiamento Estudantil MSC"). Nesse modelo de financiamento, os estudantes têm acesso a uma formação em tecnologia de altíssima qualidade oferecida pela Trybe Educação sem que seja necessário realizar qualquer desembolso inicial como pagamento. O estudante adquire os conhecimentos necessários para ingressar no mercado de trabalho junto à Trybe Educação e, somente após atingir determinado patamar de remuneração, estará obrigado a pagar o financiamento contratado junto à Trybe SCD.

(ii) Financiamento Estudantil com Carência ("Financiamento com carência") Nesse modelo de financiamento, os pagamentos pelos serviços educacionais prestados pela Trybe Educação se dão mediante o pagamento de uma entrada após os primeiros 30 dias de curso, e o saldo remanescente é quitado em parcelas mensais após o decurso de um período de carência de 15 meses, contados a partir da data de início do curso.

São Paulo, 24 de março de 2025

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Trybe Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Trybe Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nesta data bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trybe Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

TRYBE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ(MF) nº 42.622.791/0001-31

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

A T I V O	NOTAS	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		5.640	5.571
DISPONIBILIDADES		11	25
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		5.370	5.209
Títulos e valores mobiliários	3	5.370	5.209
OUTROS ATIVOS		259	337
Rendas a receber	8	36	39
Outros créditos - Diversos	5	223	250
Operações de crédito	4	-	48
NÃO CIRCULANTE		-	589
OUTROS ATIVOS		-	589
Operações de crédito	4	-	589
TOTAL DO ATIVO		5.640	6.160

Marcos Paulo de Moura e Silva

Diretor Administrativo-Financeiro

IGNIS CONTÁBIL LTDA.

CRC 2SP014.630/O-5

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRYBE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ(MF) nº 42.622.791/0001-31

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

P A S S I V O	NOTAS	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		55	139
OUTROS PASSIVOS		55	139
Fiscais e previdenciárias		27	45
Diversas	6	28	94
NÃO CIRCULANTE		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.585	6.021
Capital:		6.895	6.895
De Domiciliados no país		-	-
De Domiciliados no exterior	7.a	6.895	6.895
(Prejuízos acumulados)		(1.310)	(874)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.640	6.160

Marcos Paulo de Moura e Silva
Diretor Administrativo-FinanceiroIGNIS CONTÁBIL LTDA.
CRC 2SP014.630/O-5*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

TRYBE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ(MF) nº 42.622.791/0001-31

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	NOTAS	2º-SEM-24	2024	2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		292	603	805
Operações de crédito		-	28	47
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10	292	575	758
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-	3	(3)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		-	3	(3)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		292	606	802
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(733)	(1.042)	(1.325)
Receitas de prestação de serviços	8	212	436	474
Despesas de pessoal	11	(131)	(312)	(1.384)
Outras despesas administrativas	12	(773)	(1.096)	(1.096)
Despesas tributárias	13	(48)	(99)	(701)
Outras receitas operacionais	14	8	30	1.383
Outras despesas operacionais		(1)	(1)	(1)
RESULTADO OPERACIONAL		(441)	(436)	(523)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(441)	(436)	(523)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	-
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(441)	(436)	(523)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DEPOIS DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		(441)	(436)	(523)
Nº de ações		6.894.848	6.894.848	50.630.924
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R\$		-0,06	-0,06	-0,01

Marcos Paulo de Moura e Silva
Diretor Administrativo-Financeiro

IGNIS CONTÁBIL LTDA.
CRC 2SP014.630/O-5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRYBE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ(MF) nº 42.622.791/0001-31

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-24	2024	2023
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(441)	(436)	(523)
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(441)	(436)	(523)

Marcos Paulo de Moura e Silva
Diretor Administrativo-Financeiro

IGNIS CONTÁBIL LTDA.
CRC 2SP014.630/O-5

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRYBE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ(MF) 42.622.791/0001-31

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	PARTICIPAÇÃO DE CONTROLADORES	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/24	6.895	(869)	6.026	6.026
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre	-	(441)	(441)	(441)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/24	6.895	(1.310)	5.585	5.585
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	(441)	(441)	(441)

ercício de 01/01/24 a 31/12/24

	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	PARTICIPAÇÃO DE CONTROLADORES	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/24	6.895	(874)	6.021	6.021
Lucro líquido do exercício		(436)	(436)	(436)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/24	6.895	(1.310)	5.585	5.585
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	(436)	(436)	(436)

ercício de 01/01/23 a 31/12/23

	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	PARTICIPAÇÃO DE CONTROLADORES	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/23	6.895	(351)	6.544	6.544
Prejuízo do exercício		(523)	(523)	(523)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/23	6.895	(874)	6.021	6.021
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	(523)	(523)	(523)

Marcos Paulo de Moura e Silva
Diretor Administrativo-Financeiro

IGNIS CONTÁBIL
CRC 2SP014.630/O-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRYBE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ(MF) 42.622.791/0001-31
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023			Valores em R\$ 1.000
	2º-SEM-24	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre	(441)	(436)	(523)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	-	(3)	3
	(441)	(439)	(520)
Variação de Ativos e Obrigações			
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	440	425	494
(Aumento) redução de outros ativos	(193)	(161)	1.277
Aumento (redução) em outros passivos	671	767	(577)
Imposto de renda e contribuição social pagos	9	(84)	(64)
	(47)	(97)	(142)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(1)	(14)	(26)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1)	(14)	(26)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	12	25	51
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	11	11	25

Marcos Paulo de Moura e Silva	IGNIS CONTÁBIL LTDA.
Diretor Administrativo-Financeiro	CRC 2SP014.630/O-5

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 Valores em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Trybe Sociedade de Crédito Direto S.A (“Sociedade”) fundada em 11 de agosto de 2020, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 25 de maio de 2021 e registrada na Receita Federal do Brasil em 07 de julho de 2021. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2024, as operações da Sociedade eram representadas substancialmente pela manutenção de títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 3).

Tem por objeto social a prática de: (i) realização de operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham a origem única em seu capital próprio; (ii) prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 5.159 de 24 de julho de 2024, do Banco Central do Brasil (BACEN).

A Trybe Holding Ltd é a controladora final da Trybe Sociedade de Crédito Direto S.A.

A Trybe Holding Ltd está situada em 635 Campbell Technology Parkway, Cayman e possui participação integral (100%) na Trybe Holding LLC, situada em 1209 Orange Street, City of Wilmington, Country of New Castle, 19801, Delaware. Por sua vez, a Trybe Holding LLC detém 6.894.698 ações (99,9978%) da Trybe Sociedade de Crédito Direto S.A.

Desde junho de 2023, a administração vem implementando um profundo plano ação que tem por objetivo o reequilíbrio da saúde financeira da Sociedade. No que diz respeito aos custos e despesas, foram implementadas diversas medidas que reduziram substancialmente o custo mensal de operação, tais como a redução significativa no quadro de funcionários e a renegociação/cancelamento de contratos com fornecedores.

2 Base para apresentação e elaboração das demonstrações e resumo das práticas contábeis

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado. Os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 Valores em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 24 de março de 2025.

b. Descrição das práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis nas circunstâncias, a lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e as normas e instruções do BACEN. São apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê e Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1), 41 e 46.

b.1 Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Não há estimativas e suas premissas importantes requeridas nessas demonstrações financeiras.

b.3 Instrumentos financeiros

Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas no item (ii) e no item (iii) e não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado.

TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 Valores em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

Operação de crédito

A companhia não origina novas operações de crédito desde o 1º trimestre de 2024.

Em 31/12/2024 a companhia não possuía nenhuma operação de crédito em seu balanço.

b.4 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos com base na análise de riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

b.5 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes só devem ser registrados quando líquidos e certos e os passivos contingentes quando for provável uma estimativa de perdas. Não há no momento ativos e passivos contingentes em qualquer situação envolvendo a Sociedade.

b.6 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

b.7 Ativo e Passivo circulante e exigível a longo prazo

Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo - são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 Valores em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

b.8 Resultado recorrente e não recorrente

A Sociedade considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Sociedade. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 não houve resultados não recorrentes.

b.9 Impostos de renda, contribuição social, PIS e Cofins

i) Imposto de renda e contribuição social – Lucro Real.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A Sociedade é tributada pelo Lucro Real, ao qual a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

A Sociedade apresenta prejuízo fiscal e, desta forma, não apresenta base de cálculo positiva para os tributos. Não foram constituídos créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de contribuição social por ainda não atender os requisitos da Resolução nº 4.842/2000 do Conselho Monetário Nacional.

ii) Pis e Cofins

As despesas com Pis e Cofins são calculados sobre as receitas, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente para as receitas de faturamento e outras receitas operacionais, e de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas financeiras.

b.10 Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Valores em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

3 Instrumentos financeiros

a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os títulos e valores mobiliários estão representados por cotas de fundos de investimentos, e estão classificados em “Títulos para Negociação”, conforme segue:

	Vencimento	31/12/2024		31/12/2023
		Valor do custo	Saldo contábil	Saldo contábil
Circulante				
Carteira própria				
Cotas de fundos de investimento de renda fixa – NE 10	Sem Vencimento	5.370	5.370	5.209
Total		5.370	5.370	5.209

- i) A Sociedade não realizou mudanças em suas categorias de investimentos nos períodos apresentados.
- ii) Os títulos de valores mobiliários não são oferecidos como garantia em nenhuma das operações realizadas pela Sociedade.
- iii) Os títulos estão sob custódia do Banco Itaú, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos.

4 Operação de crédito

Composição das operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2024 a companhia não possuía saldos de operações de crédito, conforme apresentadas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Financiamento estudantil com carência	-	1.175
(-) Rendas Futuras	-	(535)
(-) Provisão para Financiamento com carência	-	(3)
Total	-	637
Curto prazo	-	48
Longo prazo	-	589

TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Valores em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

5 Outros ativos

Outros Créditos - Diversos	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos salariais	1	1
Impostos e contribuições a compensar	222	249
Total	223	250

6 Outros passivos

Diversas	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de pessoal	7	8
Outras despesas administrativas	6	10
Processamento de dados	1	37
Contas a pagar – Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 8)	14	39
Total	28	94

7 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o capital social de R\$ 6.895, está representado por 6.894.848 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

b. Destinações do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até que essa atinja 20% do capital social;
- pelo menos 1% do lucro líquido ajustado, para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas;
- o saldo restante deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito.

TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Valores em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

8 Partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
<u>FIDC NP Trybe VQV SSI</u>		
Rendas a receber de serviços de cobranças (*)	36	39
	36	39
Passivo		
<u>Trybe Desenvolvimento de Software Ltda</u>		
Outras contas a pagar de partes relacionadas (Nota Explicativa nº 6)	14	39
Total	14	39

	2º Sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Resultado			
<u>FIDC NP Trybe VQV SSI</u>			
Receita de prestação de serviços	212	436	475
<u>Trybe Desenvolvimento de Software Ltda</u>			
Outras despesas administrativas	(80)	(136)	(378)
Total	132	300	97

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve remuneração ao pessoal chave da administração no montante de R\$ 145 (R\$ 285 em 31 de dezembro de 2023), considerados benefícios de curto prazo.

(*) FIDC NP TRYBE VQV SSI

As transações no resultado entre a Trybe Sociedade de Crédito Direto e o FIDC estão apresentadas nas Notas Explicativas nº 8 e nº 14.

9 Ativos e passivos contingentes

9.1. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foram reconhecidos contabilmente quaisquer ativos contingentes.

TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 Valores em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Passivos contingentes

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos e quando classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2024 o passivo contingente representava 3 ações de natureza cível, totalizando um montante de aproximadamente R\$ 199, sendo que na avaliação da administração e seus consultores jurídicos o risco de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2023, o passivo contingente representava 2 ações de natureza cível e 01 ação de natureza administrativa, totalizando um montante de aproximadamente R\$ 42, sendo que na avaliação da administração e de seus consultores jurídicos, o risco de perda é possível.

10 Receitas de intermediação financeira

	2º Sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de aplicações em fundos de investimentos (a)	292	575	758
Total	292	575	758

(a) Itaú Soberano Renda Fixa Simples Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo registrado em fundo de investimento é composto por cotas do Itaú Soberano RF Simples LP FICFI, que é administrado pelo Itaú Unibanco S.A. O Fundo tem como objetivo acompanhar a variação do CDI através do investimento de, no mínimo, 95% de seus recursos em títulos ou operações atreladas a esse indicador. A carteira do fundo será composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. O gestor poderá realizar operações com derivativos para fins de proteção. Os investimentos realizados pelo fundo podem estar sujeitos às oscilações decorrentes da variação de preços dos títulos que compõem a carteira.

As demonstrações financeiras do Itaú Soberano Renda Fixa Simples Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento do exercício findo em 31 de outubro de 2024 apresentaram o relatório dos auditores independentes emitido em 21 de janeiro de 2025, sem modificação de opinião.

11 Despesas com pessoal

	2º Sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Honorários Diretoria	(52)	(145)	(285)
Despesas com Benefício	(16)	(30)	(81)
Despesas com Encargos	(24)	(59)	(307)
Despesas com Proventos	(39)	(78)	(711)
Total	(131)	(312)	(1.384)

TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Valores em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

12 Outras despesas administrativas

	2º Sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Aluguéis	(1)	(3)	(6)
Despesas de Comunicação	(1)	(2)	(77)
Despesas de Processamento de Dados	(86)	(236)	(613)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2)	(2)	(2)
Despesas de Serviço Técnicos Especializados	(683)	(850)	(246)
Outras despesas Administrativas	-	(3)	(152)
Total	(773)	(1.096)	(1.096)

13 Despesas tributárias

	2º Sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com IOF	-	-	(528)
Despesas com TFE	(4)	(7)	(4)
Despesas com ISS	(11)	(22)	(24)
Despesas com COFINS	(28)	(59)	(123)
Despesas com PIS	(5)	(11)	(22)
Total	(48)	(99)	(701)

14 Outras receitas operacionais

	2º Sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de cessão de créditos	-	10	1.365
Variação monetária ativa	8	20	18
Total	8	30	1.383

A Sociedade endossa os títulos do Modelo de Sucesso Compartilhado (MSC) que origina ao FIDC NP TRYBE VQV SSI (CNPJ 39.883.874/0001-70) ("FIDC"), em ato subsequente à concessão do crédito. O FIDC é o agente financeiro responsável pelo pagamento da cédula de crédito bancário à Trybe Sociedade de Crédito Direto, a qual recebe o valor principal do crédito originado acrescentado de um spread, sendo que o valor principal do crédito posteriormente é repassado através de depósito em conta corrente à Trybe Educação, no mesmo dia da operação.

Sendo assim, a Sociedade recebe o valor referente às cédulas de crédito bancário endossadas no mesmo dia em que ocorre a operação de crédito e transfere todo risco de crédito à instituição credora que é o FIDC. O valor do endosso não é devolvido em nenhuma hipótese à instituição credora, tendo em vista que a prática adotada para esta transação é de que a Trybe Educação realiza a recompra do crédito em caso de evasão do estudante do curso e esta recompra engloba o valor principal dos títulos adicionado o Spread recebido pela Trybe Sociedade de Crédito Direto. Após endosso do título não há coobrigação da Sociedade com o FIDC.

No período de 1º de julho de 2024 a 31 de dezembro de 2024 a Sociedade não originou cédulas de crédito bancário estudantil.

TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Valores em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

15 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

As Sociedades de Crédito Direto (SCD) estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

A Sociedade está exposta, basicamente, a riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros, entre os quais:

a) Risco de Liquidez:

Risco de liquidez corresponde à possibilidade de a Sociedade não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade não possuía passivos financeiros. A Sociedade mantém recursos de liquidez imediata para gestão de suas obrigações. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, incluindo os títulos e valores mobiliários, a Sociedade somente realiza operações em instituições com baixo risco (rating AAA) avaliados por agências independentes de classificação, bem como com os fundos das quais é gestora reduzindo assim sua exposição ao risco de liquidez.

b) Riscos de mercado:

Risco de mercado é a possibilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação de valores de mercado, tais como taxas de juros, taxas cambiais, preços de ativos, ou ainda de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro. O FIDC, seus ativos e investidores, bem como as instituições de ensino estão sujeitos aos efeitos de riscos de mercado. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo Federal, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, podendo afetar adversamente, por exemplo, o interesse de investidores na aquisição das Cotas do FIDC, a liquidação dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores e Devedores Solidários e o valor dos Direitos Creditórios e de suas garantias do FIDC, de forma que a Sociedade não consiga endossar os créditos gerados aos estudantes. A Sociedade acompanha tempestivamente a influência dos riscos de mercado.

Os instrumentos financeiros utilizados pela Sociedade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo. Os instrumentos financeiros são administrados por meio de estratégias que visam liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Sociedade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 Valores em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

c) Riscos Operacionais:

A Administração entende que há baixo risco no que tange aos riscos operacionais dado que o risco do crédito é integralmente transferido ao FIDC no endosso do contrato de crédito e que as ferramentas de tecnologia utilizadas para cadastro, análise de crédito e endosso do título estão em seu estado ótimo para demanda de crédito ofertada. Adicionalmente, cabe frisar que a Sociedade se encontra em estágio não operacional desde o início de 2024, data das últimas operações de crédito realizadas.

16 Análise de Sensibilidade

A Administração da Sociedade avalia periodicamente suas aplicações, equivalentes de caixa e a posição mantida em títulos e valores mobiliários para evitar o risco de perda, considerando a eventual instabilidade na política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante de possíveis aumentos ou reduções promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira.

Em 31 de dezembro de 2024 a Administração da Sociedade efetuou análise de sensibilidade para um cenário de 12 meses sobre suas cotas em fundos de investimentos. Foram considerados decréscimos de 5% e 10% nas taxas de juros a partir dos cenários prováveis esperados para 12 meses.

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Cotas de Fundo de Investimento em renda fixa	5.370	5.209
Exposição a taxa de CDI	5.370	5.209

	Risco	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
		Provável	apreciação -5%	apreciação -10%
Exposição líquida a taxa do CDI	Redução da taxa	-	(37)	(74)
Premissa	Taxa	13,72	13,03	12,35

17 Outros assuntos

Instrumentos Financeiros

A resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo é buscar a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS. O plano de ação para implementação desta resolução teve seu prazo prorrogado de 30 de junho de 2022 para 31 de dezembro de 2022 conforme a resolução CMN nº 5.019 de 23 de junho de 2022.

TRYBE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
Valores em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)**

Plano de ação para implementação 4.966/21

A administração, após a avaliação da Resolução CMN nº 4.966/2021, entende que não haverá impactos nas suas respectivas demonstrações financeiras e não haverá necessidade de investimento em tecnologia/pessoal, considerando que o foco de atuação da Sociedade está relacionado à concessão de crédito para custeio dos cursos livres na área de tecnologia ofertados pela Trybe Desenvolvimento de Software Ltda. A Sociedade possui saldo de caixa e equivalentes de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Os investimentos foram realizados em títulos e valores mobiliários que estão representados por cotas de fundos de investimentos de renda fixa e estão classificados em “Títulos para Negociação”.

18 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e a data de encerramento destas demonstrações.

MARCOS PAULO DE MOURA E SILVA
Diretor Administrativo-Financeiro

IGNIS CONTÁBIL LTDA.
CRC 2SP014.630/O-5